

# Política

— CONSTITUINTE —

Terminado o segundo turno, há mais de um mês pela frente antes que a Constituinte passe a valer: primeiro, os relatores vão corrigir os erros. Depois, uma comissão de redação, sob a orientação do filólogo Celso Cunha, dará a redação final. Haverá então nova votação global e a promulgação.

# Ulysses marca a data: 5 de outubro.

No dia 5 de outubro será promulgada a nova Constituição do Brasil. A data foi determinada ontem por Ulysses Guimarães, depois de acertar com os relatores o cronograma de correções e a redação final. Os trabalhos da Constituinte terminaram na madrugada de ontem, mas só para 555 parlamentares — outros quatro continuarão dando expediente diário no Congresso até 8 de setembro. São os relatores da nova Carta, encarregados de passar um "pente fino" no texto.

Até lá, deverão ser corrigidos erros de português — como o detectado no artigo 56 das Disposições Transitórias, que dispõe sobre aforamento de terras de propriedades da família real ou da Marinha. Ali está escrito "remissão", quando deveria ser "remissão", exatamente o pagamento dos aforamentos mediante aquisição. Esse será o trabalho dos relatores Bernardo Cabral, José Fogaça, Adolfo de Oliveira e Antônio Konder Reis.

Esse período que antecede a promulgação vai exigir muita paciência dos relatores, como verificar artigos suprimidos e observar se nenhum artigo remete a outro que não existe mais. Terminado esse trabalho, o português será novamente corrigido: vinte constituintes se dedicarão à tarefa, comandados pelo filósofo Celso Ferreira da Cunha e pelo jurista José Afonso da Silva. "É importante que não haja nenhum erro", observava ontem Bernardo Cabral.

Entre 13 e 14 de setembro, a comissão de redação estará reunida e, a seguir, publicará o texto dessa primeira revisão, que será novamente revisada nos dias 16 e 17. No dia 18, os constituintes recebem o texto e em nova sessão da Constituinte marcada para 22 de setembro haverá votação única para a aprovação ou não. E se eles não aprovarem? Ulysses Guimarães nem quer pensar nisso. "Quero crer que presidi a Assembleia Nacional Constituinte, não um hospício", respondeu ele, ontem.

Depois da aprovação, os trabalhos ainda não estarão concluídos: o regimento dispõe que cada constituinte tem de assinar o texto dez vezes — o que soma nada menos de 5.590 assinaturas. Se cada parlamentar demorasse um minuto para assinar, seriam aí consumidos quatro dias. Mas como os 559 parlamentares não vão formar fila para assinar a nova Carta, o recolhimento dos autógrafos deverá demorar mais tempo.

E marcou essa data para a sessão solene da promulgação. Nesse dia, o Congresso contará com os presidentes dos Legislativos de todos os países da América, de Portugal, da Espanha e dos países africanos de língua portuguesa, além, é claro, do presidente Sarney.



Ulysses em sua madrugada de glória

## A noite das traquinagens

— Pela ordem, senhor presidente!  
— Não há ordem, senhor deputado, estamos votando — retrucou Ulysses Guimarães no início da madrugada de sexta-feira, enquanto aviões de papel entrecruzavam um plenário já repleto de papéis que os constituintes diligentemente picavam na expectativa da festa de encerramento do 2º Turno da ANC.

Depois de sete horas sentado (Ulysses apenas bebe pequenos goles d'água, para não ter de ausentar-se), o presidente da Constituinte mais parecia um mestre-escola ou comissário de bordo repetindo incansavelmente "sentem-se, sentem-se, vamos votar meus amigos. Códigos, códigos, apertem os botões até que as luzes se apaguem" no painel eletrônico, premindo a campanha com ruído de serra implacavelmente, mesmo para oradores dispostos a elogiar suas qualidades. Uma bolota de papel surge dos aviões de vôo curto e lhe acerta ligeiramente a testa: "Respeito, senhores, mais respeito para com a Nação. Estou sendo informado que as transmissões diretas da imprensa não nos colocam bem. Vamos, respeito, decoro, senhores".

Durante 1.015 votações ao longo da Constituinte, Ulysses Guimarães absteve-se de votar. Mas na madrugada de ontem, ele não resistiu e acabou votando "sim" no

desempate de 202 a 202 da emenda estabelecendo eleições diretas imediatas para governador do Distrito Federal. A emenda não passou, a galeria quase veio abaixo com as vaias. Mas logo depois a platéia ia à forra e aplaudia deliciada a derrota imposta ao presidente Sarney, quando foi rejeitada a emenda que possibilitaria ao senador Alexandre Costa, do PFL maranhense, assumir o governo do Distrito Federal sem perder seu mandato parlamentar.

As brincadeiras aumentavam à medida que a sessão ia chegando ao fim. Os constituintes que se animavam a discursar eram invariavelmente vaiados. O deputado paulista Sotero Cunha, do PMDB, falou durante quase cinco minutos sob intensa vaia, rasgando elogios a Ulysses Guimarães.

Cansados, os constituintes não perdiam a alegria. Saudaram a última votação, à 1h40 com papel picado, ouviram com reverência o discurso final de Ulysses Guimarães e cantaram o Hino Nacional, de mãos dadas.

Constituintes, jornalistas, funcionários e seguranças da Constituinte confraternizaram-se depois da sessão na Esquina 109, um dos badalados bares brasilienses. A todo momento, Ulysses era parodiado:  
— Vamor beber — copos, copos.

## Sarney avisa: agora será escravo da Constituição.

"Serei seu escravo, seu primeiro servidor, pronto para dar tudo de mim para que ela tenha êxito e possa servir ao Brasil." Com estas palavras, o presidente José Sarney saudou ontem o final dos trabalhos da Constituinte, na sua opinião, "a conclusão do arcabouço institucional da transição democrática".

Sarney enviou ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, uma carta onde afirma que "apesar das preocupações e dúvidas que manifestei a respeito de alguns preceitos adotados na nova Carta, coloco meus deveres de chefe de Estado e de chefe de governo (...) acima de todas as vicissitudes, para reafirmar o meu compromisso de primeiro servidor das leis e da Pátria".

A entrega da carta, feita pelo ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, exatamente às 17h15, foi precedida, porém, por um telefonema do presidente a Ulysses. Da Base Aérea de Brasília, onde embarcou para uma visita oficial de três

dias ao Maranhão, Sarney falou com Ulysses, cumprimentando-o pela finalização do trabalho que tanto criticou.

Já no Maranhão, o presidente praticamente se desculpou pelas críticas contundentes que fez à Constituinte, destacando que sempre fez suas observações dentro de um espírito construtivo. "Fiz, na verdade, algumas ressalvas, mas sem nunca me afastar do espírito público, pensando no País com patriotismo e entrando nos debates como todos os brasileiros."

O tom de seu pronunciamento no Maranhão foi o mesmo que ele utilizou no seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", de ontem, quando afirmou ter desejado sempre um "Congresso forte, capaz de fiscalizar o Executivo, ajudá-lo na execução da obra pública". Ele atribuiu suas críticas ao "desejo de que o Brasil tenha o seu caminho de progresso e institucionalização facilitado", e não por qualquer motivo de caráter pessoal ou político.

## Quem substitui Ulysses?

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, não conseguiu ser aclamado por todos os parlamentares para continuar no cargo na gestão 89/90. Para Ulysses, esta seria a única possibilidade aceitável para ficar, pois evitaria o desgaste de conduzir a votação de emendas casuísticas cujo único objetivo seria abrir a possibilidade de sua permanência no cargo, e portanto na vice-presidência constitucional da República.

A reeleição traria ainda um outro problema: a partir de 3 de abril do próximo ano ele não mais poderia substituir o presidente Sarney sob pena de se tornar inelegível na sucessão presidencial seis meses depois. Instado por aclamação a permanecer no cargo, Ulysses estaria disposto até a criar um caso jurídico, recusando-se a assumir e cedendo a vez ao presidente do Senado, para não perder a elegibilidade. Mas, diante das críticas que sua atuação vem despertando entre alguns parlamentares — um deles, Paulo Mincroni (PMDB-RS) é candidato à sucessão de Ulysses e já tem pronto um "relatório secreto" que pro-

mete divulgar a partir da próxima semana denunciando irregularidades praticadas na atual gestão — o deputado preferiu ficar com uma única presidência, a do PMDB.

A sucessão na Câmara traz preocupações também para o Palácio do Planalto, que preferia a permanência de Ulysses. Os candidatos mais cotados — Paes de Andrade (CE) e Bernardo Cabral (AM) — não são vistos com bons olhos pelo governo, que prefere estudar nomes como os deputados licenciados Prisco Viana (no Ministério da Habitação) e Borges da Silveira (na Saúde), o líder Carlos Sant'Anna, o secretário-geral do PMDB, Milton Reis (MG) ou o ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira (SC). A solução preferida por Ulysses parece ser Bernardo Cabral, um candidato forte pelo trabalho que realizou como relator, que agradou a maioria dos parlamentares. No Senado, os candidatos à sucessão de Humberto Lucena são Alfredo Campos (MG), Saldanha Derzi (GO), Antônio Carlos (RJ), Nelson Carneiro (RJ), todos peemedebistas.